

## GOVERNANÇA MULTINÍVEL NA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030: uma análise do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE Desenvolvimento)

Adriana Dias Pasco<sup>1</sup>

Annemara Faustino<sup>2</sup>

Oklinger Mantovaneli Junior<sup>3</sup>

Valeska Cristina Barbosa<sup>4</sup>

### RESUMO

Apresenta-se uma reflexão sobre o processo de educação tutorial desenvolvido pelo Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Sustentável – PROESDE Desenvolvimento / FURB e a análise de contribuições deste na estruturação do sistema de governança multinível para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. As concepções teóricas introdutórias para compreender a análise do PROESDE aborda os seguintes recortes que serão aprofundados ao longo do artigo: 1) Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) ou Agenda 2030, abrangem as dimensões econômica, social e ambiental, que estabelecem na sua gestão uma relação com os conceitos de desenvolvimento e governança; 2) A governança multinível emerge, nesta dinâmica, como um processo de institucionalização do desenvolvimento regional e da Agenda 2030, sendo uma importante estratégia de política pública para alcançar o desenvolvimento das governanças locais; 3) A Universidade brasileira, enquanto espaço para ações multidisciplinares e interdisciplinares, cria mecanismos institucionais que auxiliem na solução de problemas locais. No processo de educação tutorial desenvolvido no PROESDE, pelo PPGDR/FURB, apresentou contribuições inovadoras à estruturação do sistema de governança multinível para os ODS. Como resultado, destacam-se ações e projetos de intervenção social que, ao longo de dez anos, nesta experiência pioneira, incorporaram as Agendas Globais de Desenvolvimento (ODM e ODS) em suas práticas. Formou “agentes de desenvolvimento” capazes de intervir na realidade socioeconômica regional e local, transformando-a por meio do alcance das metas e indicadores dos ODS.

**Palavras-chave:** Universidade; Desenvolvimento Regional, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; PROESDE; Agenda 2030; Governança multinível.

<sup>1</sup> Adriana Dias Pasco – Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (FURB) – [adriadiasp@gmail.com](mailto:adriadiasp@gmail.com). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-9983-4755>.

<sup>2</sup> Annemara Faustino – Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (FURB) – [annemaraf@gmail.com](mailto:annemaraf@gmail.com). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-9933-5817>.

<sup>3</sup> Oklinger Mantovaneli Junior – Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (FURB) – [oklinger@furb.br](mailto:oklinger@furb.br). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2533-2584>.

<sup>4</sup> Valeska Cristina Barbosa – Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Economista na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: [valeconomia@hotmail.com](mailto:valeconomia@hotmail.com). Brasil. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-0738-058X>.

### ABSTRACT

A reflection on the tutorial education process developed by the Higher Education Program for Sustainable Development – PROESDE Development / FURB is presented, analyzing its contributions to the structuring of the multilevel governance system for Sustainable Development Goals – SDGs. The introductory theoretical concepts to understand the analysis of PROESDE address the following aspects that will be further explored throughout the article: 1) Sustainable Development Goals (SDGs) or Agenda 2030, covering economic, social, and environmental dimensions, establishing a relationship with the concepts of development and governance in its management; 2) Multilevel governance as a process of institutionalizing regional development and Agenda 2030, being an important public policy strategy to achieve the development of local governance; 3) The Brazilian university as a space for multidisciplinary and interdisciplinary actions, involving the challenge of creating institutional mechanisms that assist in solving local problems, such as the tutorial education process developed in PROESDE, which has contributed to the structuring of the multilevel governance system for SDGs. As a result, actions and projects of social intervention stand out, which, over ten years in this pioneering experience, incorporate Global Development Agendas (MDGs and SDGs) into their practices. It forms 'development agents' capable of intervening in regional and local socioeconomic reality, transforming it through the achievement of SDGs' goals and indicators.

**Keywords/Palabras clave:** University; Development; University education; Regional development; University Extension.

### INTRODUÇÃO

O paradigma atual em que a sociedade se encontra é transitório e apresenta importantes contradições, cuja superação implica no enfrentamento de uma ampla gama de desafios, dentre eles o de equilibrar a distribuição da riqueza e produzi-la de modo sustentável. Interesses preponderantes provocam desequilíbrios em diversas esferas desta sociedade. A título de exemplo, a problemática da produção mundial de alimentos, apresentou nos últimos séculos um grande desenvolvimento de tecnologias que aumentaram de forma substancial a sua eficiência. Mas ainda persistem problemas de grande concentração de riqueza e desperdício de alimentos, enquanto outros grupos e regiões sofrem com a fome e a desnutrição. As dinâmicas produtivas de alimentos geram grande impacto ambiental, seja pela emissão de gases do efeito estufa na produção e na distribuição, quanto no uso químico, nos defensivos agrícolas, os conservantes e corantes.

A formação para pensar os diversos aspectos da sustentabilidade precisa compreender a relação sistêmica pautada por lógicas de um fenômeno que é, em última análise, social (SAMPAIO e DALLABRIDA, 2009) e influenciado por todo o movimento de arranjos no capitalismo internacional (TOZZONI-REIS, 2001, p. 49). E a universidade é parte deste processo, como um espaço de experimentação (TREMBLAY e VIEIRA, 2011).

Assim, as concepções teóricas introdutórias para a análise do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE Desenvolvimento) compreendem os seguintes recortes, que serão aprofundados ao longo do artigo: **1)** Há aspectos multidimensionais do desenvolvimento que podem ser considerados insumos da constituição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ou Agenda 2030; **2)** A governança multinível oferece um processo de institucionalização do desenvolvimento regional; **3)** por meio de experiências como esta, a multi e a interdisciplinaridade mostra-se estampada no contexto das práticas em universidades brasileiras.

É desafio atual para as universidades criar mecanismos institucionais que auxiliem na solução de problemas locais. Neste sentido, a integração entre realidade local e realidade global - máxima na abordagem da temática do desenvolvimento à luz da perspectiva da sustentabilidade, tem sido um desafio para uma parte significativa de atores que compõem as universidades. Por este motivo, tais instituições têm buscado construir caminhos intencionais voltados a ações pautadas nos ODS. Ao longo de mais de uma década, o PROESDE Desenvolvimento/ FURB, objetivou contribuir nos processos de produção da governança territorial, de forma comprometida com o princípio constitucional da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Este trabalho objetiva, portanto, demonstrar uma experiência que atende aos princípios acima elencados. Descreve, assim, o processo de educação tutorial desenvolvido pelo PROESDE Desenvolvimento / FURB e analisa contribuições deste na estruturação do sistema de governança multinível para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. Mais especificamente, a questão que permeia este trabalho é: como o processo de educação tutorial desenvolvido no PROESDE Desenvolvimento/FURB contribuiu com a estruturação do sistema de governança multinível para os ODS? Admite-se como pressupostos: a) quanto maior o número de agentes de desenvolvimento formados no projeto, maior a intensidade do engajamento em atividades para o alcance dos ODS; b) sendo uma experiência com enfoque na formação de atores para atuar na estruturação do sistema de governança multinível para alcance dos ODS, o processo de educação tutorial contribuiu para o enraizamento dos ODS.

Considera-se que os ODS são um caminho intencional diferenciado na busca do desenvolvimento sustentável, sendo sua politicidade um elemento desafiador. Neste sentido, percebe-se aí a importância da governança multinível, visto que sua formulação e implementação englobam uma diversidade de atores públicos e privados, abrangendo não apenas a influência política no governo, mas assumindo as negociações com diversos agentes interorganizacionais, que atravessam as fronteiras dos setores público, privado, comunitário e cooperativo.

Considera-se, assim, que a importância do presente estudo reside na análise de uma experiência de educação tutorial que busca possibilitar a ampliação da formação de sujeitos que aprofundem reflexões democráticas de participação e ação, e que o PROESDE Desenvolvimento/FURB se envolveu nesta perspectiva de promover meios de implementar, pesquisar e divulgar os conhecimentos voltados aos ODS.

## **METODOLOGIA**

A avaliação do processo de educação tutorial desenvolvido no PROESDE Desenvolvimento / FURB foi realizada utilizando a metodologia de pesquisa qualitativa com técnica de observação participante, buscando aprofundar o conhecimento para difundir a informação produzida na ação, observada como conjunto de contribuições e desafios para o desenvolvimento. Este trabalho resulta do esforço conjunto de membros do grupo de pesquisa: Núcleo de Políticas Públicas (NPP) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), em torno da temática do alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ou Agenda 2030 e o papel da Universidade neste contexto.

Apresenta-se assim, discussões e resultados parciais de pesquisas de iniciação científica, mestrado e doutorado, caracterizando a fase exploratória destas. Inicialmente utilizou-se o levantamento bibliográfico como forma de embasar a pesquisa empírica, sobretudo no que tange às discussões teóricas acerca do papel da Universidade e da extensão na sociedade, bem como no entendimento dos ODS (BRASIL, 2009).

Para o relato de experiência do PROESDE Desenvolvimento / FURB realizou-se também, pesquisa bibliográfica e documental, notadamente em publicações anteriores sobre o programa e em documentos oficiais do Governo do Estado de Santa Catarina, como leis, decretos e portarias (SANTA CATARINA, 2005; SANTA CATARINA, 2019), além de regulamentos e projetos internos da FURB. Tal pesquisa apontou dados para uma breve contextualização histórica do programa como política pública estadual. Na sequência, o trabalho apresenta a observação participante realizada na edição 2018 do PROESDE, lembrando ser esta uma técnica da pesquisa qualitativa onde o pesquisador (observador) participa ativamente das atividades onde a coleta de dados ocorre, requerendo uma identificação e adaptação do pesquisador ao foco de observação (LAKATOS e MARCONI, 2017).

### **UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO: um processo contínuo de transformação do contexto social**

Há, no senso comum, uma atribuição de obviedade à importância do papel da Universidade para o desenvolvimento. Aliás, não só no senso comum, como também, não é difícil encontrar formulações de políticas públicas e artigos científicos que partem desta premissa como óbvia e inequívoca. Uma das razões que permitem tal acepção é que o termo desenvolvimento é comumente abordado sob uma noção de equivalência ao termo crescimento econômico, progresso ou modernização - algo que guarda relação direta com o fato de os estudos do desenvolvimento terem sido historicamente encampados, em larga medida, pela disciplina econômica ortodoxa. Este é justamente o caso do artigo de significativo impacto de divulgação científica, cujo título aponta para uma abordagem genérica e ampla do desenvolvimento: Teoria do Desenvolvimento Regional: Fundamentos Conceituais, Obras Clássicas e Desenvolvimentos Recentes (DAWKINS, 2003, tradução nossa), mas que logo nas primeiras linhas esclarece que seu conteúdo trata estritamente do panorama da literatura em crescimento econômico regional. Deste modo, compreender o desenvolvimento para então compreender as contribuições das Universidades para o desenvolvimento, é um passo significativo e necessário.

O termo desenvolvimento guarda em si uma história semântica e outra história de disputa de conceitos - e neste caso, portanto, uma história política. Primeiramente, é uma história semântica porque está enraizada a outros termos como crescimento, modernização, progresso e evolução. E não se pode esquecer que o termo desenvolvimento tem infinitas aplicações que não resultam apenas das ciências sociais, já que as ciências naturais também utilizam o termo há muitos anos, quase que como sinônimo de evolução. O fato é que a assimilação do desenvolvimento no âmbito da esfera social tem sido majoritariamente associada a uma semântica repleta de conteúdo que aprisiona linguagem, reflexão e ação a modelos e estereótipos externos às possibilidades históricas e materiais da maioria dos povos, a exemplo da América Latina.

A história do desenvolvimento é também, em larga medida, uma história política porque trata de escolhas e não de conteúdo semântico dado e incontestado – há motivos nem sempre explícitos pelos quais se escolhe não disseminar associações de desenvolvimento com colonialismo, por exemplo. Neste sentido, Esteva (2000) afirma que o desenvolvimento é uma construção social e política que ganhou significativo impulso a partir do discurso de posse do Presidente dos Estados Unidos da América, Harry Truman, em 20 de janeiro de 1949. Em um contexto pós Segunda Guerra Mundial, o discurso fez menção intencional ao subdesenvolvimento para selar a visão de desenvolvimento que passaria a ser hegemônica. Para tanto, o presidente Truman usou a condição do país de “centro do mundo” que os Estados Unidos recém usufruíram, legitimados por vários países e instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU). A dicotomia criada entre desenvolvimento e subdesenvolvimento seria justamente o paradoxo que motivaria as escolhas individuais e coletivas de ação rumo à modernidade (desenvolvimento) ou ao atraso (subdesenvolvimento). Apesar do discurso fazer menção à necessidade de acabar com o imperialismo, sob a forma de exploração para o lucro internacional, tratava-se tão somente da intenção de deslocar o centro de colonização de países da Europa, antes hegemônicos, para os Estados Unidos. Assim foi que:

O conceito de desenvolvimento, que sofreu nas mãos de Truman a metamorfose mais dramática e grotesca de toda a sua história, empobreceu-se ainda mais nas mãos de seus primeiros defensores, que o reduziram a crescimento econômico. Para esses

senhores, desenvolvimento passou a constituir um simples crescimento da renda per capita nas áreas economicamente subdesenvolvidas (ESTEVA, p. 66).

No entanto, estudos que emanam com relevo do campo do desenvolvimento regional, têm denunciado a necessidade de se realizar questionamentos tais como: será que existe alguma região para desenvolver? (BUTZKE, THEIS, MANTOVANELI JUNIOR, 2018). Ou, é cabível que exista um único modelo de desenvolvimento, emanado dos países centrais, a ser seguido pelos países periféricos? (FERNANDEZ; AMIN, VIGIL, 2008). Afinal, o que vem a ser desenvolvimento? Como recusar que a América tem uma história de, pelo menos, mais de cinquenta mil anos em que provavelmente se desenvolveu alheia à uma condição colonizadora?

Desta forma, Mattedi (2015) observa que o desenvolvimento não se constitui em um registro que reproduz objetivamente a realidade. Não obstante, além de haver conceitos divergentes no campo científico, há também uma disputa conceitual nos campos de atuação, institucionais ou não. Pesquisadores, técnicos governamentais, camponeses, indígenas, fazendeiros, apenas para citar alguns operadores do termo, tem cada qual uma concepção distinta do que é desenvolvimento. De modo que:

O desenvolvimento pode ser definido como um processo de mudança social. Indica um processo contínuo e cumulativo de transformação do contexto social. Assim, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento descreve a mudança social, acaba também afetando o desenvolvimento da própria mudança social. Isto indica que o conhecimento sobre o desenvolvimento afeta as agendas e políticas que tratam do próprio desenvolvimento. Mais precisamente, pode-se dizer que o significado do desenvolvimento se desenvolve juntamente com os processos que pretende descrever (MATTEDI, 2015, p. 89).

Tudo isso é algo que denota a necessidade de adjetivação ou, pelo menos, qualificação do desenvolvimento. Isto porque é imprescindível que na comunicação se especifique de que desenvolvimento se está a falar. Sendo assim, no percurso do tratamento do desenvolvimento como conceito que norteia o fazer acadêmico-científico e a ação individual e coletiva, ao longo dos últimos 70 anos, uma grande quantidade de palavras adjetivaram o desenvolvimento. Ou seja, tão logo se constatou que o desenvolvimento econômico baseado em indicadores simplistas como o Produto Interno Bruto (PIB) ou a renda per capita não são as únicas formas de perseguir o desenvolvimento, novos desenvolvimentos foram sendo criados acompanhados de escopos teóricos e práticos. Em alguns casos tais desenvolvimentos continuavam a admitir

receitas e modelos de réplica possíveis. Já em outros tantos casos, os desenvolvimentos devidamente qualificados vinham acompanhados de premissas a serem seguidas, premissas essas que tinham conexão com os objetivos almejados.

Em fins da década de 1960 e início da década de 1970, questões consideradas importantes começam a emergir em nível mundial, muitas delas capitaneadas ou acolhidas pela ONU, como é o caso do meio ambiente, que deveria receber atenção nos processos de desenvolvimento principalmente pelo seu valor como recurso industrial. Ao mesmo tempo, não tarda a percepção de que era necessário entrar em curso uma preocupação com o desenvolvimento social, já que a ciência econômica não estava sendo suficiente para dar conta da satisfação de necessidades básicas da maior parte da população mundial. Já em fins dos anos 1970 um conflito de interesses se tornava ainda mais evidente: o desenvolvimento endógeno passava a ganhar espaço, partindo da tese de que cada lugar, seja ele país, região ou localidade, considerando suas próprias características culturais, seria capaz de dar impulso próprio ao seu processo de desenvolvimento. Mas se assim fosse, colocaria em risco concepções mais tradicionais e colonialistas de desenvolvimento, já que não seria possível impor um modelo cultural único (ESTEVA, 2000).

Mas a emergência dos contextos locais e a valorização de questões culturais regionais oxigenaram o debate, fazendo emergir com maior força algo que já estava colocado desde a década de 1960, que era a pós-colonialidade e a decolonialidade. Nesse contexto, o pensamento social regional e os problemas de populações marginalizadas passam a vigorar no debate do desenvolvimento. Na América Latina especificamente, as ideias de desenvolvimento regional passam a clamar por um pensamento social regionalizado, que respeite e dê respostas em forma de novas possibilidades de desenvolvimento futuro. Não que o modelo hegemônico de desenvolvimento economicista e colonialista ainda não esteja em curso, mas há vozes que tem ecoado com força no sentido da criação de desenvolvimentos possíveis e conectados com as realidades locais (BUTZKE; THEIS; MANTOVANELI JUNIOR, 2018; THEIS, 2019).

Já na década de 1980, desenvolvimento sustentável e ecodesenvolvimento passam a pautar os debates em torno do desenvolvimento. Trata-se, aqui, da busca por integrar as diversas áreas da vida social e natural, em uma perspectiva de convergência das dimensões da vida

humana como conceito de desenvolvimento. Aqui também se pode afirmar que desenvolvimento sustentável e ecodesenvolvimento, por mais parecidos que sejam suas definições - e, em muitos casos até mesmo tratados como sinônimos - travam uma disputa para o seu enraizamento tanto na esfera acadêmico-científica como na esfera prática e institucional. De certo modo, na origem, o ecodesenvolvimento denuncia a crise civilizatória de causas e consequências socioambientais e propõe a mudança de um conjunto de valores, sobretudo relacionados aos padrões de consumo e ao excessivo foco na ciência econômica excludente de outras disciplinas de igual relevância. Por outro lado, o desenvolvimento sustentável dá ênfase à catástrofe ambiental e à pobreza humana como uma das principais causas das crises ambientais, pautando suas estratégias de ação na promoção de tecnologias mais limpas, mas sem colocar em xeque a manutenção dos padrões de consumo vigentes, e consequentemente sem questionar o modelo econômico baseado na estimulação da produção e consumo cada vez maiores com vistas ao crescimento econômico (MONTIBELLER FILHO, 1993).

Ocorre que ambos configuram estratégias de planejamento e ação de fundamento político, visando um futuro mais justo e equilibrado entre as diversas dimensões da vida humana e do aspecto ambiental. Neste sentido, é importante ressaltar que ao adjetivar o desenvolvimento com a categoria sustentável, percebe-se, por um lado, que a questão ambiental tenha ganhado fôlego e rendido discussões ao longo dos últimos 40 anos. Contudo, por outro lado, há que se aprofundar no entendimento de que os próprios danos ambientais intrínsecos ao modelo de desenvolvimento hegemônico são consequência de um modo de vida predominantemente individualista, consumista, economicista e comportamentalista que expressa uma crise de valores e projetos (RAMOS, 1989). Portanto, há que se admitir que a problemática ambiental é fundamentalmente uma problemática social, cuja complexidade deve ser sistematicamente entendida e praticada, para além de modelos. E seu enfrentamento integra a esfera política e administrativa (FERNANDES e SAMPAIO, 2008; MANTOVANELI JR. e SAMPAIO, 2010).

Dito isto, para o alcance das premissas do desenvolvimento sustentável, é fundamental a busca por consensos e pactos sociais de ampla esfera espacial, ou seja, de ampla escala – enquanto os problemas e questões das dimensões econômica, ambiental e social são globais, as

soluções exigem esforços de amplo espectro que partem das realidades e da criatividade localizadas. É então que se chega aos dias atuais, quando o desenvolvimento sustentável, encampado e divulgado pela ONU, atinge seu escopo mais estruturante do ponto de vista sistêmico, utilizando uma metodologia de objetivos e indicadores clara e mensurável, mas que pode ser adaptada às realidades locais. Trata-se dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e, mais recentemente, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), operacionalizados pelos 191 países signatários da ONU – os primeiros no período de 2000 a 2015 e os segundos desde 2016 até 2030.

### **A PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE NA ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE GOVERNANÇA MULTINÍVEL PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)**

O PROESDE Desenvolvimento / FURB, contribuiu na estruturação do sistema de governança multinível para a Agenda 2030 da ONU, suas ações aconteceram de forma interinstitucional agregando a Universidade, os agentes públicos estaduais e sociedade, em um processo voltado para a solução de problemas e demandas locais, em direção ao desenvolvimento sustentável. A estruturação de governança multinível surge do desenvolvimento do Estado e em conexão diversos atores e, resulta em dois principais eixos de governança: **1)** horizontal (inter-setorial, cooperação territorial, parcerias); **2)** vertical (multinível) e participação. Os múltiplos atores constroem a estruturação de redes de governança, que podem ser definidas como articulações horizontais relativamente estáveis de atores interdependentes, mas operacionalmente autônomos, que interagem entre si através de processos de negociação estruturados por um enquadramento normativo e cognitivo auto-regulado (TORFING, 2005, p. 307). Para Mantovaneli Jr. e Sampaio (2010, p. 81) a “[...] governança é a capacidade efetiva de pactuação democrática e sustentável que corporifica e, portanto, territorializa os processos de gestão de desenvolvimento”. É, portanto, um fator que determina a lógica sustentável do desenvolvimento territorial:

[...] instâncias de territorialização do desenvolvimento, tanto no sentido físico como amplamente institucional do termo. Por conseguinte, qualquer leitura sobre a ideia de

sustentabilidade que abra mão da escolha humana para a definição de diretrizes e ações não pode ser vista como alinhada à lógica do desenvolvimento territorial sustentável (MANTOVANELI Jr.; SAMPAIO, 2010, p. 77).

A governança multinível surge como uma ação de mobilização, e possui diversas formas:

[...] surge como processo de mobilização da ação coletiva e de regulação de interdependências, pois inclui as formas de ação coletiva centradas na esfera pública, quer as estruturadas por organismos governamentais formais, quer as despoletadas por grupos autônomos ou movimentos sociais que resistem e desafiam os modelos de governação tradicionais (HEALEY, 2006 apud PEREIRA, 2014, p. 7).

As duas agendas internacionais tanto, os ODM quanto os ODS, são metodologias criadas no âmbito de cooperação entre os vários países signatários da ONU para uma agenda global para o desenvolvimento sustentável. Sua elaboração e sua operacionalização posterior precisam dos esforços colaborativos de governos nacionais, estaduais e locais, sociedade civil (organizada ou não), empresas privadas e demais setores da sociedade (FAUSTINO, 2018). As Universidades, por sua vez, tem papel crítico e fundamental seja por meio do ensino, divulgando e discutindo junto aos alunos as metas dos ODS e as possíveis estratégias locais; por meio da pesquisa, realizando a importante função de compreender de forma sistêmica como os elementos que operam na sociedade podem contribuir para o alcance das metas dos ODS; ou ainda, por meio da extensão, enquanto facilitadores dos processos sociais que desencadeiam a implementação de políticas públicas e demais ações com vistas ao alcance dos ODS. A tarefa das Universidades está especialmente explícita no Objetivo 4.7 dos ODS, que versa:

Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2020).

A organização SDSN (2020) defende, ainda, que as Universidades têm uma oportunidade única de acesso a estudantes de diversas idades e fases educacionais por meio de sua inserção local e regional em programas de pós-graduação, projetos de extensão, ou mesmo

como formadoras de profissionais com habilidades e capacidades pessoais orientadas à implementação e ao alcance dos ODS. A organização redigiu um importante guia geral para auxiliar as Universidades a implementar os ODS. Tal guia está baseado nas premissas bem fundamentadas e estabelecidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). Os postulados gerais seguem similar padrão normativo, contudo não limitador, das premissas da EDS, que estão resumidas na forma de competências-chave para a formação de estudantes.

**Quadro 1 - Competências-chave da educação para o desenvolvimento sustentável**

| <b>Competência</b>                  | <b>Habilidades fundamentais</b>   |
|-------------------------------------|---|
| Pensamento sistêmico                | Habilidades de compreensão de relações de sistemas complexos em diferentes escalas e diferentes graus de incerteza.   |
| Antecipatória                       | Habilidades de compreensão e avaliação de cenários futuros, com precaução e avaliação de consequências mesmo frente a incertezas, valorizando inclusive o exercício de criação de possibilidades de acordo com o desenvolvimento sustentável. |
| Normativa                           | Habilidades políticas para compreender normas e valores das ações individuais e coletivas, negociar interesses e contradições, com orientação para o desenvolvimento sustentável.   |
| Estratégica                         | Habilidades de articulação para o desenvolvimento e implementação de ações inovadoras nas várias escalas do desenvolvimento – do local ao global.   |
| Colaborativa                        | Aprender e compreender as necessidades alheias com empatia; lidar com conflitos com vistas a facilitar a solução de problemas.  |
| De Pensamento Crítico               | Habilidades para refletir e questionar normas, práticas, opiniões e valores, tomando posição frente às premissas do desenvolvimento sustentável.  |
| De Autoconhecimento                 | Habilidades de estabelecer seu próprio papel na sociedade local e global e lidar com as próprias emoções.   |
| De Resolução Integrada de Problemas | Articulação entre diversos marcos de resolução de problemas provenientes de diferentes disciplinas (interdisciplinaridade) e também da integração das demais competências.  |

Fonte: Adaptado de UNESCO (2017)

As premissas da educação para o desenvolvimento sustentável em relação ao papel que as Universidades devem desempenhar neste processo se conectam com alguns conceitos desenvolvidos no âmbito do pensamento social brasileiro a partir da década de 1950 e nas décadas subsequentes. É relevante aqui observar a necessidade dos sistemas educacionais,

desde a educação básica até a educação superior, possibilitarem a formação de pessoas de atitude parentética e voltadas para a construção de possibilidades objetivas.

A atitude parentética é o antídoto de uma sociedade moldada por organizações cuja racionalidade instrumental e o cálculo econômico de ganhos são a expressão maior de sua finalidade de existência. (RAMOS, 1963). Demanda uma internalização da sociedade multicêntrica, na qual a esfera econômica é importante, mas não mais do que outras dimensões da vida humana, exercendo antes o papel de uma ferramenta necessária para a sociedade do que constituindo a sociedade em si. Assim, o termo parentético origina da capacidade a ser desenvolvida pelo ser humano de colocar seu mundo interno e o mundo externo em suspensão – “em parênteses” – e operar politicamente equilibrando suas ações individuais com realidades e necessidades coletivas. Em outras palavras, o ser humano parentético “[...] possui uma consciência crítica altamente desenvolvida das premissas de valor presentes no dia-a-dia” (RAMOS, 1984). Exige, portanto, conhecimento da realidade social, planejamento e criatividade para ação cotidiana. E tais elementos, por sua vez, estão relacionados à construção de possibilidades objetivas (RAMOS, 1984).

A criação de possibilidades objetivas ocorre no limiar entre determinismo e liberdade, e pressupõe que ao mesmo tempo em que não existe uma receita única de desenvolvimento a ser perseguida como estereótipo de sucesso, tampouco todas as possibilidades estão ao alcance de quem opera o desenvolvimento. De modo que o desenvolvimento é planejado com base tanto em fatores que poderiam ser considerados limitantes como em fatores inovadores e provenientes da capacidade criativa humana. Assim, a orientação do desenvolvimento é promover uma nova situação e fazer com que as pessoas sejam protagonistas na construção de suas próprias histórias e do coletivo maior onde estão inseridas (SANTOS; SANTOS e BRAGA, 2015).

## **ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO PROESDE DESENVOLVIMENTO / FURB**

O PROESDE é uma política pública do estado de Santa Catarina, criada praticamente no mesmo período da reforma que descentralizou a estrutura político-administrativa estadual por meio da criação de Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs), em 2003, quando o

governador Luiz Henrique da Silveira assumiu o cargo após uma campanha para as eleições em que a descentralização já fazia parte dos planos, sob a justificativa de diminuir a problemática do êxodo rural e limitar a litoralização do estado. No entanto, o processo de descentralização no Estado não era algo novo, mas sim a materialização em formato de política pública de movimentos e reivindicações que tramitavam no país e no estado de Santa Catarina desde meados da década de 1960 (GOULARTI, 2015). E isso ocorria ao mesmo passo em que a concepção do desenvolvimento vinculado espacialmente, ou seja, em que as concepções de desenvolvimento regional ganhavam tônica e fôlego a partir de iniciativas acadêmicas e práticas internacionais (FERNANDEZ; AMIN, VIGIL, 2008).

Já o PROESDE foi criado no ano de 2005, por meio do Decreto 3334, de 25 de julho de 2005 (SANTA CATARINA, 2005). França (2018) afirma que o programa já nasce como uma política de Estado, de cunho permanente e não transitório, embora toda a legislação pertinente ao programa deixe lacunas como margem de manobra de possíveis alterações. As justificativas formais para a criação do programa dão conta dos objetivos de promoção e contribuição para o desenvolvimento regional do estado através do ensino, pesquisa e extensão nas Universidades, e da formação de agentes de desenvolvimento regional que atuassem em conjunto com as recém-criadas SDRs. O autor ainda observa que a criação do programa se dá primeiramente na região oeste do estado, primordialmente, como uma resposta política a um movimento social que buscava fortalecer a região oeste ou até mesmo separá-la do estado de Santa Catarina, propondo a criação de um novo estado denominado “Iguaçu”. Neste sentido, o início do programa nesta região sinaliza ao movimento social e seus adeptos que, a partir de então, a região receberia maior atenção no acesso ao poder antes centralizado na capital, o que consequentemente assegurou ao mandato de Luiz Henrique da Silveira maior governabilidade<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Neste ponto, é importante destacar que governança e governabilidade são termos cujas definições se diferenciam. Não que não existisse por trás da criação do PROESDE um objetivo de possibilitar maior governança para a região oeste, mas a razão primordial, conforme o que aparece no trabalho de França (2015) se refere a assegurar a governabilidade pela construção de pactos de distribuição de poderes controlados e mantidos sob o guarda-chuva do governo estadual.

A Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) e os reitores das fundações associadas são atores de grande relevância para a criação e posterior expansão do programa para outras regiões de Santa Catarina. Neste processo de expansão a FURB seria beneficiada pela política pública educacional em questão somente a partir da terceira e última fase de expansão, ou seja, a partir de 2009. Nesse momento, o programa tem o formato de um curso sequencial de 600 horas e duração entre dois e três anos de aulas presenciais aos sábados, concomitantemente à graduação dos alunos selecionados.

Na FURB, a iniciativa é encampada pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) e se conecta ao cotidiano de seus grupos de pesquisa, com especial vinculação ao Núcleo de Políticas Públicas (NPP) e ao Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional (NPDR). Logo, o PROESDE/FURB elabora um regulamento próprio dentro do nível de autonomia permitido pelo Governo do Estado. O formato assumido é de educação tutorial tendo como eixo transversal os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Já a partir da segunda turma ofertada na FURB, o programa passa por uma reformulação em nível estadual, adquirindo o caráter de projeto/corso de extensão de 200 horas e duração de um ano letivo. As aulas continuam presenciais e aos sábados, e o produto mais mensurável de cada turma formada são os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), individuais ou em grupos, na configuração de proposta interventiva, diretamente relacionados à melhoria dos indicadores de ODM. Em 2016, os ODM são substituídos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e a dinâmica do PROESDE Desenvolvimento / FURB permanece sem grandes alterações, além do que a substituição dos ODM.

Até o ano de 2020 passaram pelo programa um número aproximado de 450 estudantes de distintas graduações da FURB, que durante o período que integraram o programa receberam bolsas de 70% do valor das mensalidades de graduação, possibilitando auxílio à permanência destes no ensino superior.

O PROESDE Desenvolvimento / FURB procurou valorizar as parcerias interinstitucionais, seja de cunho formal ou informal. O programa formalmente vinculado à Rede ODS Universidades Brasil e se relacionou com o Movimento ODS Blumenau desde os tempos de sua criação, como Movimento Nós Podemos, expressando inicialmente os anseios

dos ODM, e agora dos ODS. Além disso, os diálogos interdisciplinares por conta das graduações diversas dos estudantes que frequentam o programa, unidos a equipe de monitores e tutores responsáveis pelos planos de aula e pelas aulas do curso de extensão, possibilitam um espaço de discussão e propostas de soluções para problemas regionais vinculados aos indicadores ODM/ODS em parceria com diversas instituições da sociedade, das quais se pode citar ONGs, escolas e empresas privadas (PASCO, 2022). Portanto, ao adotar o foco na compreensão da realidade socioeconômica e ambiental da região e, por conseguinte, na proposição de solução de questões desta ordem, utilizando a agenda global de desenvolvimento (ODM/ODS) e uma metodologia voltada para o diálogo e a participação de sujeitos responsáveis pelo seu próprio processo de formação e, ainda, promover parcerias interinstitucionais, entende-se que o PROESDE Desenvolvimento/FURB contribuiu para a governança multinível em torno do desenvolvimento sustentável.

Como o PROESDE é financiado por uma política pública do estado de Santa Catarina, apresentou uma disputa nas arenas políticas, por um lado os atores que interagem para a continuidade de suas ações as universidades e discentes, e do outro o executivo, com as mudanças de governo no Estado, mudam também as intencionalidades de ação. As universidades que contavam com os recursos, e desejando a continuidade do projeto, conseguiram sua continuidade até 2020. Contudo a força das decisões da SED, a pouca compreensão sobre a rica diversidade do que as Universidades haviam produzido, por anos, bem como um conjunto de prioridades pouco atinentes à ideia do fomento ao desenvolvimento regional sustentável impactou significativamente na continuidade do PROESDE Desenvolvimento / Furb. Sua proposta no formato de curso tutorial foi descontinuada, pois o regulamento do ano de 2020 (DIÁRIO OFICIAL SC, 2020), especificou que seu formato deveria ser em função de simples e breves projetos de intervenção. Isso modificou completamente o desenvolvimento das atividades. Se antes o foco era, mediante uma política de Estado formar “agentes de desenvolvimento regional” capazes de serem desenvolvedores de projetos de intervenções territoriais com foco em diferentes ODS, agora a lógica mostrou-se mais como uma ação que, mediante política de governo, colocaria em prática apenas projeto de intervenção por grupos já consolidados, o foco deixa de ser a formação e desenvolvimento, e

passa a ser a execução. O novo governo parecia ainda ter resistência à agenda global ODS, e desejava substituir uma política calcada na indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão por uma política com tonalidades assistencialistas. O que de fato terminou por ser implementado até o ano de 2023. A tendência parece ser a extinção definitiva do PROESDE sem novos acenos à retomada de uma política de desenvolvimento regional que possibilite o processo educativo tutorial vitoriosamente experimentado pelo PROESDE Desenvolvimento / FURB. O governo do estado de SC deverá, doravante implementar, com estes recursos, uma política progressiva de gratuidade de bolsas de ensino de graduação.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considera-se, a partir da análise documental e de observação participante do PROESDE Desenvolvimento / FURB, que este programa foi pioneiro ao incorporar os ODS em suas práticas, uma vez que por anos já realizava o mesmo compromisso com a agenda precedente dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Isto resulta de discussões e estudos realizados pelo NPP do PPGDR / FURB, grupo coordena o PROESDE ao lado do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional – NPDR / FURB há mais de 10 anos, além de promover pesquisas nas áreas da ciência política, com ênfase nas relações entre Estado, sociedade civil, territorialidade e poder. O curso PROESDE Desenvolvimento / FURB inicialmente promovia um nivelamento, abordando conceitos de desenvolvimento regional e apresentando indicadores de desenvolvimento, notadamente aqueles que se relacionam ao alcance dos ODS. É neste contexto que os participantes idealizavam seus projetos de intervenções territoriais com foco em diferentes ODS, aprimorados ao longo de todo o curso e impulsionados pelas disciplinas subsequentes. Conclui-se que o PROESDE Desenvolvimento / FURB, proporcionou um espaço de formação engajada de “agentes de desenvolvimento regional”. Formou 441 participantes até 2019 e corroborou a hipótese da importância das configurações sociais, econômicas e políticas vinculadas à realidade social, conforme preconizada por Ostrom (2009). Percebeu-se que o campo reflexivo universitário, quando assume efetivamente o tripé da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão e forma sujeitos capazes de desafiar paradigmas sociais imobilistas e promover o espírito de

reflexividade, necessário à correlação entre democracia, sustentabilidade, participação e ação local e globalmente engajadas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Guia para a Municipalização dos Objetivos de Milênio:** Referências para a adaptação de indicadores e metas à realidade local / Agenda Pública - Agência de Análise e Cooperação em Políticas Públicas (elaboração), São Paulo: [s.n.], 2009. 52p. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/arquivos/guia-de-municipalizacao>. Acesso em 01 dez. 2017.

BRASIL. **Guia de Mobilização:** Nós Podemos... Mobilizar em prol dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Disponível em: [http://www.fiepr.org.br/nospodemosparana/uploadAddress/mobilizacao\[29635\].pdf](http://www.fiepr.org.br/nospodemosparana/uploadAddress/mobilizacao[29635].pdf). Acesso em 17 out. 2020. (BRASIL, 2020).

BRASIL. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em 01 jul. 2020. (BRASIL, 2020).

BUTZKE, Luciana; THEIS, Ivo Marcos; JÚNIOR, Oklinger Mantovanelli. **EXISTE ALGUMA REGIÃO PARA DESENVOLVER? UM QUESTIONAMENTO DESDE O PENSAMENTO SOCIAL LATINO-AMERICANO.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, [S.l.], v. 14, n. 2, mar. 2018. ISSN 1809-239X. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3586>. Acesso em 20 mar. 2020.

DAWKINS, Cassey J. **Regional Development Theory:** Conceptual Foundations, Classic Works, and Recent Developments. Journal of Planning Literature. vol. 18, n. 2, p. 131-17, nov. 2003.

DIÁRIO OFICIAL SC. **Educação.** Disponível em: <http://ensinosuperior.sed.sc.gov.br/index.php/legislacao/portarias-legislacao/1225-portaria-normativa-2180-sed-2020/file>. Acesso em 23 de out. de 2023.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento:** guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

FAUSTINO, Annemara. **A contribuição do Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa na estruturação do sistema de governança multinível para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, no período de 2010 a 2015.** 2018. 108 f, il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau 2018. Disponível em: [http://www.bc.furb.br/docs/DS/2018/366818\\_1\\_1.pdf](http://www.bc.furb.br/docs/DS/2018/366818_1_1.pdf). Acesso em 26 out. 2020.

FERNANDES, Valdir; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Problemática ambiental ou problemática socioambiental? A natureza da relação sociedade/meio ambiente.** Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 18, p. 87-94, jul./dez. 2008.

FRANÇA, Luciano Marcelo. **Desenvolvimento territorial e pactos políticos:** o caso do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) em Santa Catarina de 2003 a 2015. 2018. 281 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2018. Disponível em: [http://www.bc.furb.br/docs/TE/2018/364702\\_1\\_1.pdf](http://www.bc.furb.br/docs/TE/2018/364702_1_1.pdf). Acesso em 26 out. 2020.

GOULARTI, Juliano Giassi. **Um decênio das Secretarias de Desenvolvimento Regional em Santa Catarina:** o que mudou? Revista Desenvolvimento em Questão, ano 13, n. 29, p. 33-56, jan./mar. 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica 7.** Rio de Janeiro: Atlas, 2017. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597011845>. Acesso em 19 maio 2020.

MANTOVANELI JR., O., SAMPAIO, C. A. C. (2010). **Governança para o desenvolvimento territorial sustentável.** Brazilian Journal of Environmental Sciences (RBCIAMB), (18), p. 77–88. Disponível em [https://www.rbciamb.com.br/Publicacoes\\_RBCIAMB/article/view/372](https://www.rbciamb.com.br/Publicacoes_RBCIAMB/article/view/372). Acesso em 07 nov. 2023.

MATTEDI, Marcos Antônio. **Pensando com o desenvolvimento regional:** subsídios para um programa forte em desenvolvimento regional. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional - RBDR, Blumenau, v. 2, n. 2, p. 59-105, 2015.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável:** conceitos e princípios. In: Textos de Economia, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 131-142, 1993.

OSTROM, Elinor. A general framework for analyzing sustainability of social-ecological systems. **Science**, v. 325, n. 5939, p. 419-422, 2009.

PASCO, Adriana Dias. Desenvolvimento sustentável como possibilidade objetiva : contribuições do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE). Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2022. Disponível em: [http://bu.furb.br/docs/TE/2022/368475\\_1\\_1.pdf](http://bu.furb.br/docs/TE/2022/368475_1_1.pdf). Acesso em 07 nov. 2023.

PEREIRA, Margarida. **Governança territorial multinível:** fratura (s) entre teoria e prática (s). DRd-Desenvolvimento Regional em debate, 2014. v. 4, n. 2, p. 4-20.

RAMIRO FERNÁNDEZ, Víctor; AMIN, Ash; LÓPEZ VIGIL, José Ignacio. **Repensando el**

**desarrollo regional:** contribuciones globales para una estrategia latinoamericana. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2008.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Mito e verdade da revolução brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Modelos de homem e teoria administrativa.** Revista de Administração Pública, p. 3-12, 1984.

RAMOS, Alberto Guerreiro. A nova ciência das organizações. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1989.

SANTA CATARINA. **Decreto 3334, de 25 de julho de 2005.** Institui o Programa de Educação Superior para Desenvolvimento Regional e dá outras providências. Florianópolis/SC, 2005.

SANTA CATARINA. **Portaria 269/SED/2017.** Regulamenta a concessão de Bolsas de Estudo do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE Desenvolvimento. Florianópolis/SC, 2017.

SANTA CATARINA. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **Portaria N/2696 de 29/11/2019.** Diário Oficial, SC, nº 21.154, 02 dez. 2019, p. 12. Disponível em: [www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/legislacao/portarias-legislacao/1075-portaria-2696-sed-2019/file](http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/legislacao/portarias-legislacao/1075-portaria-2696-sed-2019/file). Acesso em 06 maio 2020.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; DALLABRIDA, Ivan Sidney. **Ecosocioeconomia das organizações:** gestão que privilegia uma outra economia. Revista da FAE, v. 12, n. 2, 2009.

SANTOS, Elinaldo L., SANTOS, Reginaldo Souza, BRAGA, Vitor. **Administração do desenvolvimento na perspectiva Guerreirista:** conceitos, contribuições e implicações. Cad. EBAPE.BR, v. 13, n. 3, Artigo 3, Rio de Janeiro, jul/set./2015.

TOZZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação Ambiental:** referências teóricas no ensino superior. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 5, p. 33-50, 2001. Disponível em: [https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S141432832001000200003&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S141432832001000200003&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em 08 jan. 2019.

TORFING, Jacob. **Governance network theory:** towards a second generation. European political science, v. 4, n. 3, p. 305-315, 2005.

THEIS, Ivo Marcos. **O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira.** Redes (St. Cruz Sul, Online), Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 334-360, set. 2019. ISSN 1982-6745. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/13670>. Acesso em 14 out. 2020. doi:<https://doi.org/10.17058/redes.v24i3.13670>.

TREMBLAY, Gaëtan; VIEIRA, Paulo Freire. **O papel da Universidade no desenvolvimento local:** experiências brasileiras e canadenses. Florianópolis: APED, Secco, 2011.

UNESCO. **Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:** objetivos de aprendizagem. Disponível em <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/education-sustainable-development>. Acessado em 12 jul. 2020.

UNESCO. **Soluções baseadas na natureza para a gestão da água.** Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em 17 out. 2020.

*Submetido em:* 15 de setembro de 2023.

*Aprovado em:* 02 de outubro de 2023.

*Publicado em:* 01 de janeiro de 2024.

## **Autoria**

### **Autor 1:**

Adriana Dias Pasco

Doutora e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (bolsista FAPESC e CAPES respectivamente). Estágio Pós-Doutorado na Universidade de São Paulo, Brasil (2023-2024). É graduada em Turismo e Lazer pela FURB.

Universidade Regional de Blumenau (FURB)

adriadiasp@gmail.com.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-9983-4755>.

Brasil

### **Autor 2:**

Annemara Faustino

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau. Possui mestrado em desenvolvimento Regional (FURB). Graduação em Administração em Comércio Exterior pela FURB (2011).

Universidade Regional de Blumenau (FURB)

E-mail: annemaraf@gmail.com.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-9933-5817>.

Brasil

### **Autor 3:**

Oklinger Mantovaneli Junior

---

Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (FURB). Bacharel em Relações Internacionais pela UnB (1990), Mestre em Administração (com ênfase em política e planejamento governamental) pela UFSC (1994) e Doutor em Sociologia pela UNESP (2001) com pós-doutorado em Planejamento e Gestão do Território pela UFABC Universidade Regional de Blumenau (FURB)

E-mail: [oklinger@furb.br](mailto:oklinger@furb.br).

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2533-2584>.

Brasil

**Autor 4:**

Valeska Cristina Barbosa

Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Blumenau (2021). Pós-Doutorado no Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais na UNISUL. Mestre em Administração pela FUMEC. Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade de Vila Velha (2005). Atualmente é economista na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

E-mail: [valeconomia@hotmail.com](mailto:valeconomia@hotmail.com). Brasil.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-0738-058X>

Brasil